

O Haiti não é aqui: o desejo da nação viril e a biopolítica da branquitude

Felipe Padilha¹

Resenha do Livro:

MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2012.

Neste livro, o (des)encontro entre o desejo de construir uma nação dentro dos padrões imperialistas e as forças culturais e subjetivas que o ameaçavam ou impediam foi o que criou o campo de experiência de brasileiros e brasileiras da época. Documentos e arquivos auxiliaram a reconstruir a relação entre saberes e ideais políticos ou, em outros termos, o encontro entre poder e conhecimento que delimita um campo de experiência. Algo faltava, e o encontrei nos romances, expressões das vivências subjetivas, as quais, compreendidas como algo eminentemente histórico e social, permitem que adentremos nesse campo de experiência onde algumas resistências podem ser analisadas” (Miskolci, 2012: 185).

O desejo da nação é, como definiu Mariza Corrêa, um estudo que toma a sexualidade como a porta lateral de entrada que nos leva ao centro de uma comunidade de desejos controversos. É nesse centro que Richard Miskolci, professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, expõe uma cena

1 Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – Bolsista FAPESP – São Carlos – Brasil – felipeapa@yahoo.com.br

textual na qual uma elite assombrada por fantasmas e não ditos guia o projeto de nação encampado no Brasil finissecular.

O livro é resultado de quase dez anos de pesquisa em arquivos nacionais e expõe uma análise sofisticada e que sustenta um rico diálogo entre diferentes fontes empíricas, teóricas e metodológicas para dar inteligibilidade ao contexto brasileiro em fins do século XIX. O que o autor extrai de suas fontes é o temor de uma nação cujos ideais inspirados na Europa e nos Estados Unidos da América eram constantemente assombrados pelo medo de que ela se encontrasse sob o risco da degeneração.

O fim de século passou a ver na ciência a fonte da virtude e o caminho seguro para o bem-estar social e a converteu em uma ferramenta poderosa dotada de uma crescente autoridade, a ponto de almejar o aprimoramento social e racial. Assim, os desvios sociais passaram a ser compreendidos e tratados a partir de duas causas que podiam ser tomadas como fontes explicativas para os males do país: de um lado, a degeneração de fundo hereditário e, de outro, a desordem social fruto de profundas transformações sociais e históricas, como as acaloradas divergências em torno da abolição que marcaram a época.

O desejo da nação serve de tropo para delinear um projeto político que hoje pode ser caracterizado como autoritário reprodutivo, branco e heterossexual, que foi conduzido por homens de elite tendo em vista criar uma população futura (branca) e “superior” à da época. Nas palavras do autor, trata-se de um “conjunto de discursos e práticas histórica e contextualmente constituídos em fins do século XIX e início do XX por nossas elites políticas e econômicas como uma verdadeira hegemonia biopolítica assentada, externamente, no incentivo à vinda de imigrantes europeus para o Brasil e, internamente, em uma demanda por medidas moralizantes e disciplinadoras voltadas para um progressivo embranquecimento da população” (Miskolci, 2012: 50).

Com fortes marcas evidenciadas pelo cromatismo epidérmico que emperava a civilização e o progresso, o discurso sobre degeneração então vigente fortaleceu o modelo biológico de compreensão das identidades sociais fincado na teoria da hereditariedade. É esse contexto higienista que aclimata a analítica mordaz do autor. Miskolci apresenta uma leitura a contrapelo não apenas sobre a ambição das elites nacionalistas, mas sobretudo sobre o modo como no Brasil a regulação sobre as relações sexuais e raciais no âmbito do parentesco criaram as normas sobre a sexualidade.

Dessa perspectiva é possível compreender que no final do século XIX o dispositivo de aliança se alinhou ao da sexualidade de forma a colocar a família sob um novo regime de verdade e, portanto, em uma nova ordem estratégica de

poder. Essa tese desafiadora aponta para fato de que no Brasil o parentesco não ordenou a sexualidade, ele a criou. A análise articula os enunciados da ciência, da política, da imprensa e da literatura em um processo de reconfiguração política do Brasil marcado pela emergência do dispositivo de sexualidade intrinsecamente ligado à raça.

As fontes jornalísticas, científicas e literárias, muitas até agora silenciadas, permeiam o contexto da *transição* do século XIX para o XX e apontam um deslize semântico: a atualização de uma sociedade monárquica e escravagista sob a forma de uma sociedade livre e republicana, mas moralmente conservadora e racista. O desejo da nação explora a origem de um novo imaginário nacional associado a uma maior importância da sexualidade e do desejo na ordem política e cultural brasileira da República Velha que articula uma nova moralidade para a sexualidade, o gênero e a raça.

A branquitude é caracterizada como um ideal criado pelas elites brasileiras entre o final do século XIX e o início do século XX e que ganha mais importância no regime republicano. O livro mostra didaticamente como o discurso de degeneração e moralidade ganhou força com a passagem da velha Monarquia à nascente República, produzindo a associação entre Império (passado) e decadência. Concomitantemente, a República passa a ser vista como fonte de controle social e caminho para o progresso via ciência.

Além disso, o ideal nacional branqueador tinha como um de seus pilares fundamentais a reprodução sob o controle masculino, já que apenas o homem era visto como portador da branquitude e do progresso. As aspirações sobre o futuro e o desenvolvimento da nação eram intrinsecamente dependentes da consolidação de uma nova moralidade assentada na valorização de casais reprodutivos formados a partir do homem branco.

Não se trata de uma aplicação mecânica de aportes teóricos e metodológicos, mas de uma síntese criativa produzida pelo autor que articula “uma perspectiva sociológica e histórica ao arsenal psicanalítico para explorar questões tão complexas quanto ignoradas entre o desejo da nação de nossa elite e seus temores” (Miskolci, 2012: 65). O foco biopolítico da investigação, para o qual chamei a atenção no título da resenha, “se insere neste intento que aciona uma metodologia sociológica mais atenta aos componentes sensíveis e emocionais que fazem parte de toda experiência histórica, em especial reconhecíveis em fenômenos como os pânico morais e sexuais” (Miskolci, 2012: 56).

Esses pânico são retomados como figuras fantasmáticas cujos efeitos se desdobram para além das reconstruções históricas usuais. O texto explora o modo como forças culturais que moldaram as subjetividades de homens e

mulheres desse período encontraram expressões privilegiadas em obras artísticas. A reconstituição histórica desse fenômeno permite flagrar as cristalizações desse período em normas e convenções sociais fundamentais para compreendermos o presente.

As obras literárias produzidas na última década do século XIX auxiliam na reconstrução dessa análise sociológica que vincula as experiências subjetivas à história social. Os romances, essas fontes menos ortodoxas, são tomados como três fontes empíricas que permitem ao autor produzir uma contramemória que não desqualifica aprioristicamente a fantasia e o fantasmático. Cada um à sua maneira, os três romances reconstituem a experiência de ser assombrado como “um estado em que uma violência social reprimida ou irresolvida se faz conhecer, mesmo que de forma oblíqua” (Miskolci, 2012: 59).

A partir de *O Ateneu* (1888), no capítulo intitulado “Raul Pompeia e a gramática do desvio”, o livro apresenta o contexto social enigmático em que se passou o suicídio desse nacionalista radical, abolicionista e republicano, que defendia a participação popular na política. Recuperando atentamente os detalhes do romance e do contexto de sua produção, Miskolci expõe aos olhos contemporâneos a educação dos jovens brancos abastados em um processo de racialização/branqueamento de nossas classes superiores. Ficam evidentes também as marcas dos discursos de autocontrole, autodomínio presentes na crítica de Pompeia “ao império por meio de uma história dos descaminhos morais que marcavam a formação da elite nacional” (Miskolci, 2012: 65).

A sexualidade é usada como tropo para discutir outras relações de poder e formas de diferenças, buscando questionar a confortável posição ocupada pela branquitude nas narrativas da história oficial. Assim, o suicídio de Pompeia, que tantas dúvidas gerou, é equacionado ao momento em que o autor vê sua obra e seu engajamento político se voltarem contra ele em meio às acusações que associavam seu radicalismo político à inconformidade sexual.

A analítica da disciplina imposta nos colégios é o gancho para o capítulo posterior, que centra o foco em *O bom crioulo* (1895), de Adolfo Caminha, que traz ao centro os conflitos internos à marinha. Essa força nacional é marcada pela ampla presença de homens das camadas populares e pelo uso de castigos típicos do período escravagista com o objetivo articulado de disciplinar negros e brancos pobres de forma subordinada.

Essa obra entrelaçava dois elementos tipicamente associados aos gêneros populares de literatura para homens: o *romance de sensação*, com destaque para cenas de violência, e o *romance para homens*, com ingredientes de cenas sexuais explícitas. Assim, a cena protagonizada pelo grumete branco e mais jovem e

Amaro, o negro marinho, que resulta na punição com a chibata, serve de pano de fundo para os elementos que ganham destaque na análise feita por Miskolci: a disciplina do desvio sexual é associada à moralidade da época, que temia que o homem negro cruzasse a fronteira da subalternidade após a Abolição.

O negro, visto ainda como servo dos instintos e incapaz de autocontrole – característica da branquitude associada à civilidade –, aparece como espectro que, na perspectiva das elites brancas, coloca em risco o povo brasileiro em seu caminho rumo ao progresso e à civilização. *O bom crioulo* é lido como um romance social criado por um reformista sintonizado com o imaginário nacional que se consolidaria na Primeira República e que reproduz um retrato ilustrativo das origens e dos fundamentos do medo da homossexualidade.

A novidade trazida por *O desejo da nação* é que, diferentemente das interpretações anteriores, ele não extrai do romance uma defesa do negro, tampouco um olhar compreensivo sobre as relações homoeróticas entre homens. De maneira sagaz, a obra é inserida em um jogo de forças sociais e culturais corroborando o pensamento político e intelectual da época, que afirmava a inaptidão do negro para o trabalho e a liberdade, assim como via no elemento nacional branco tendências à degeneração.

As ansiedades sociais decorrentes de um cenário progressista de libertação dos escravos que se materializava em revoltas políticas, mas também na ruptura das barreiras sociais e entre classes, apontam para as ameaças às múltiplas hierarquias que não podiam facilmente ser contidas em divisões políticas ou raciais. “*Bom crioulo* é um retrato do passado, uma denúncia de seu legado como empecilho ao futuro do Brasil” (Miskolci, 2012: 119). Daí a alusão feita no título desta resenha ao ensaio de Silvio Romero (1888) *Joaquim Nabuco e a emancipação dos escravos*, que deflagrava o temor latente das elites locais: “o Brasil não é, não deve ser o Haiti” (apud Miskolci, 2012: 29). Retomando o acalorado contexto em que eram publicados os discursos publicados no jornal *A Província de São Paulo*, o livro mostra como o fantasma da revolução haitiana encaminhou o projeto embranquecedor brasileiro. A rebelião dos negros contra a escravidão na sangrenta revolta de São Domingos em fins do século XVIII instalou temores com relação à possibilidade de revoltas e vinganças decorrentes da “onda negra”.

Ao abordar aquela que talvez seja a obra mais popular de Machado de Assis, a análise toca dois pilares centrais na ideia de nação: o matrimônio e a família. Habilmente, *Dom Casmurro* (1900), aparentemente um drama íntimo, é convertido pelo pesquisador em uma fonte acurada que posiciona a família como um elemento central nos discursos da época, como o nacionalismo, o liberalismo individualista e o imperialismo.

A paranoia de Casmurro, figura obscura na qual Bento Santiago se transmuta após a velhice, é abordada de maneira inovadora em uma análise atenta ao caráter familista do nacionalismo brasileiro. *Dom Casmurro* é tomado como fio condutor de uma narrativa que revela conexões inesperadas entre o drama íntimo do protagonista e o contexto histórico cultural em que se desenvolve a produção do autor.

Dialogando com a vertente dos estudos culturais, *O desejo da nação* lança um olhar mordaz sobre Machado de Assis, reposicionando-o como arguto crítico da sociedade de sua época. Seus escritos, à luz da leitura atenta de Miskolci, se revelam saborosamente sardônicos. Este romance revela as tensões que marcavam os casamentos da elite e a dificuldade de imposição das uniões legais, a despeito do caráter modelar. Mas não se trata de uma apressada acusação à conduta da Capitu adúltera, mantendo o foco na traição – essa hipótese induziria a uma leitura centrada no ponto de vista masculino.

A interpretação oferecida no livro lança um olhar alimentado pelo feminismo e pela teoria *queer* que reposiciona a velha questão em torno de Capitu chamando a atenção para a condição das mulheres na sociedade brasileira e apresentando elementos homosociais não examinados pelas análises anteriores. A camaradagem entre Bentinho e Escobar se mostra moldada por uma moralidade que rege a divisão entre desejos aceitáveis e os danados. Essa relação ganha outro colorido quando submetida ao olhar analítico de uma pesquisa que questiona os “limites seguros entre desejar o que alguém tem (Capitu) sem desejar esse alguém (Escobar)”.

Recuperar essas três obras permite ao pesquisador reconstruir algumas das convenções culturais de gênero, raça e sexualidade que articularam o sistema de valores morais que ambientava as relações no Brasil finissecular e que borrava as elusivas fronteiras entre público e privado, acontecimento histórico e experiência subjetiva, sublinhando o vínculo entre criação artística e problemática coletiva.

Tal articulação permite que seja explorada a relação cultural e histórica entre nacionalidade e o gênero masculino operando em um contexto social e político marcado pela ambiguidade e pela dissonância. Masculinidade e honra são tratadas como sinônimos e um privilégio almejado pelos brancos de elite. A junção entre adequação social e o temor do desvio permite compreender a dinâmica do desejo como resultado circunstancial de condições históricas e interesses sociais. Até agora esse cenário tendeu a ser retratado como indefinido ou desarticulado, e por isso desqualificado como irrelevante, sobretudo pela manutenção de um enquadramento masculino e heterossexista nas discussões sobre a nação brasileira.

O desejo da nação é um texto *queer* no sentido forte e atual do termo. Tomando emprestada a expressão cunhada por Paul Gilroy em seu conhecido *O Atlântico negro*, é possível dizer que esse livro oferece novas “rotas”, em vez de “raízes”². Trata-se de um estudo profícuo que possibilita outras interpretações sobre a nação imaginada pela elite brasileira finissecular e sobre o culto e a valorização do progresso em busca da civilização, sem perder de vista o suporte familiar, íntimo e subjetivo requerido pelo projeto nacional.

Referência

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo/Rio de Janeiro, Editora 34/Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

Recebido em: 28/05/2014

Aprovado em: 31/06/2014

Como citar esta resenha:

PADILHA, Felipe. O Haiti não é aqui: o desejo da nação viril e a biopolítica da branquitude. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 4, n. 2, jul-dez 2014, pp. 533-539.

2 Refiro-me à homofonia de Gilroy, que não pode ser transposta ao português: esse autor toma a metáfora do Atlântico como espaço de deslocamentos privilegiando as rotas (*routes*) analíticas e interpretativas em vez das raízes (*roots*) teóricas.